

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

PROVA OBJETIVA P₁ — CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Um governo, ou uma sociedade, nos tempos
modernos, está vinculado a um pressuposto que se apresenta
como novo em face da Idade Antiga e Média, a saber: a
4 própria ideia de democracia. Para ser democrático, deve
contar, a partir das relações de poder estendidas a todos os
indivíduos, com um espaço político demarcado por regras
7 e procedimentos claros, que, efetivamente, assegurem o
atendimento às demandas públicas da maior parte da
população, elegidas pela própria sociedade, através de suas
10 formas de participação/representação.

Para que isso ocorra, contudo, impõe-se a existência
e a eficácia de instrumentos de reflexão e o debate público
13 das questões sociais vinculadas à gestão de interesses
coletivos — e, muitas vezes, conflitantes, como os direitos
liberais de liberdade, de opinião, de reunião, de associação
16 etc. —, tendo como pressupostos informativos um núcleo de
direitos invioláveis, conquistados, principalmente, desde
o início da Idade Moderna, e ampliados pelo
19 Constitucionalismo Social do século XX até os dias de hoje.
Fala-se, por certo, dos Direitos Humanos e Fundamentais de
todas as gerações ou ciclos possíveis.

Rogério Gesta Leal. **Poder político, estado e sociedade**.
Internet: <www.mundojuridico.adv.br> (com adaptações).

No que se refere à organização das ideias e a aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 1 Na organização da argumentação, o segundo parágrafo do texto estabelece a condição de o debate e a reflexão sobre os direitos humanos vinculados aos interesses coletivos estarem na base da ideia de democracia.
- 2 Na linha 3, seriam preservadas as relações semânticas do texto, a coerência da argumentação e a correção gramatical, caso fossem retiradas a expressão “a saber” e a vírgula que a precede.
- 3 O desenvolvimento das ideias demonstra que, na linha 4, a flexão de singular em “deve” estabelece relações de coesão e de concordância gramatical com o termo “democracia”.
- 4 O pronome “isso” (l.11) exerce, na organização dos argumentos do texto, a função coesiva de retomar e resumir o fato de que as “demandas públicas da maior parte da população” (l.8-9) são escolhidas por meio de “formas de participação/representação” (l.10).
- 5 No desenvolvimento do texto, a conquista dos “direitos invioláveis” (l.17) está associada a um processo gradativo e contínuo, como evidencia o emprego das preposições “desde” (l.17) e “até” (l.19).

1 O exercício do poder ocorre mediante múltiplas
dinâmicas, formadas por condutas de autoridade, de domínio,
de comando, de liderança, de vigilância e de controle de uma
4 pessoa sobre outra, que se comporta com dependência,
subordinação, resistência ou rebeldia. Tais dinâmicas não se
reportam apenas ao caráter negativo do poder, de opressão,
7 punição ou repressão, mas também ao seu caráter positivo,
de disciplinar, controlar, adestrar, aprimorar. O poder em si
não existe, não é um objeto natural. O que há são relações de
10 poder heterogêneas e em constante transformação. O poder
é, portanto, uma prática social constituída historicamente.

Na rede social, as dinâmicas de poder não têm
13 barreiras ou fronteiras: nós as vivemos a todo momento.
Consequentemente, podemos ser comandados, submetidos
ou programados em um vínculo, ou podemos comandá-lo
16 para a realização de sua tarefa, e, assim, vivermos um novo
papal social, que nos faz complementar, passivamente ou
não, as regras políticas da situação em que nos encontramos.

Maria da Penha Nery. **Vínculo e afetividade: caminhos das relações humanas**. São Paulo: Ágora, 2003, p. 108-9 (com adaptações).

A partir das estruturas linguísticas que organizam o texto acima, julgue os itens a seguir.

- 6 É correto concluir, a partir da argumentação do texto, que o poder é dinâmico e que há múltiplas formas de sua realização, com faces heterogêneas, positivas ou negativas; além disso, ele afeta todos que vivem em sociedade, tanto os que a ele se submetem, quanto os que a ele resistem.
- 7 A preposição “mediante” (l.1) estabelece relação de movimento entre “exercício do poder” (l.1) e “múltiplas dinâmicas” (l.1-2).
- 8 Nas relações de coesão que se estabelecem no texto, o pronome “que” (l.4) retoma a expressão “exercício do poder” (l.1).
- 9 O uso da preposição em “ao caráter” (l.6) deve-se às exigências sintáticas do verbo **reportar**, na acepção usada no texto.
- 10 De acordo com a argumentação do texto, o poder “não é um objeto natural” (l.9) porque é criado artificialmente nas relações de opressão social.
- 11 Respeitam-se as relações de coerência e coesão gramatical do texto se a forma verbal “há” (l.9) for substituída por **existe**.
- 12 Na organização da textualidade, é coerente subentender-se a noção de possibilidade, antes da forma verbal “vivermos” (l.16), inserindo-se **podermos**.

1 O termo *groupthinking* foi cunhado, na década de
cinquenta, pelo sociólogo William H. Whyte, para explicar
4 como grupos se tornavam reféns de sua própria coesão,
tomando decisões temerárias e causando grandes fracassos.
Os manuais de gestão definem *groupthinking* como um
7 processo mental coletivo que ocorre quando os grupos são
uniformes, seus indivíduos pensam da mesma forma e o
desejo de coesão supera a motivação para avaliar alternativas
diferentes das usuais. Os sintomas são conhecidos: uma
10 ilusão de invulnerabilidade, que gera otimismo e pode levar
a riscos; um esforço coletivo para neutralizar visões
contrárias às teses dominantes; uma crença absoluta na
13 moralidade das ações dos membros do grupo; e uma visão
distorcida dos inimigos, comumente vistos como iludidos,
fracos ou simplesmente estúpidos.

16 Tão antigas como o conceito são as receitas para
contrapor a patologia: primeiro, é preciso estimular o
pensamento crítico e as visões alternativas à visão
19 dominante; segundo, é necessário adotar sistemas
transparentes de governança e procedimentos de auditoria;
terceiro, é desejável renovar constantemente o grupo, de
22 forma a oxigenar as discussões e o processo de tomada de
decisão.

Thomaz Wood Jr. *O perigo do groupthinking*. In: *Carta
Capital*, 13/5/2009, p. 51 (com adaptações).

Julgue os itens de 13 a 18 com base na organização do texto
acima.

- 13 A sequência narrativa inicial, relatando a origem do termo
“*groupthinking*” (l.1), não caracteriza o texto como
narrativo, pois integra a organização do texto
predominantemente argumentativo.
- 14 Por estar empregada como uma forma de voz passiva, a
locução verbal “foi cunhado” (l.1) corresponde a **cunhou-se**
e por esta forma pode ser substituída, sem prejuízo para a
coerência ou para a correção gramatical do texto.
- 15 No desenvolvimento da argumentação, o valor semântico das
orações iniciadas por “tomando” e “causando”, ambas na
linha 4, permite interpretá-las como causa para a
conceituação de Whyte; por isso correspondem a **porque**
tomavam decisões temerárias e causavam grandes
fracassos.
- 16 Apesar de a definição de “*groupthinking*” (l.5-9) sugerir
neutralidade do autor a respeito desse processo, o uso
metafórico de palavras da área de saúde, como “sintomas”
(l.9), “receitas” (l.16) e “patologia” (l.17), orienta a
argumentação para o valor negativo e indesejável de
groupthinking.

17 Na linha 6, preservam-se a correção gramatical e a coerência
textual ao se inserir uma vírgula imediatamente após o
vocábulo “coletivo”, mesmo que, com isso, as informações
possam ser tomadas como uma explicação — e não como
uma caracterização — da expressão “processo mental
coletivo”.

18 Nas linhas 11, 12 e 13, o uso do sinal de ponto e vírgula,
para separar termos de enumeração, preserva a hierarquia de
informações, já que há necessidade de emprego de vírgula na
estruturação sintática de alguns desses termos.

1 As leis elaboradas pelo Poder Legislativo
constituem um dos mais importantes instrumentos para a
proteção dos direitos naturais. Afinal, elas são as
4 responsáveis pela construção da liberdade individual no
Estado de sociedade. Ao compor a liberdade dos indivíduos
em sociedade, elas também limitam o poder governamental.
7 A participação popular e o controle popular do poder
guardam a ideia de que o exercício da política é coletivo e
racional, com vistas à conquista de algum bem. A política
10 é exercida sempre que as pessoas agem em conjunto.
A política é uma ação plural. O voto, nas eleições, é modo de
expressão do consentimento dos cidadãos, para que o poder
13 seja exercido em seu nome, para que as leis sejam elaboradas
e executadas de modo legítimo. A expressão do
consentimento periódico por meio do voto, em qualquer dos
16 níveis de governo, é essencial para que o Estado
constitucional perdure e seja sempre capaz de proteger os
direitos inerentes às pessoas.

Daniela Romanelli da Silva. *Poder, constituição e voto*. In: *Filosofia, Ciência
& Vida*. São Paulo: Escala, ano III, n.º 27, p. 42-3 (com adaptações).

No que concerne à organização dos sentidos e das estruturas
linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

- 19 Na argumentação do texto, a opção pela estrutura verbal
“guardam a ideia” (l.8) cria o pressuposto de ser falsa a
afirmação de que “o exercício da política é coletivo e
racional” (l.8-9).
- 20 Na linha 8, a preposição “de”, que foi usada antes de um
pronomes relativo, é obrigatória, visto que atende à regência
do verbo **guardar**.
- 21 O desenvolvimento da argumentação permite que se insira o
conectivo **Logo**, seguido de vírgula, imediatamente antes de
“A política” (l.9), escrevendo-se o artigo com letra
minúscula, sem prejuízo para a coerência e a correção
gramatical do texto.
- 22 O uso do modo subjuntivo em “perdure” (l.17) e
“seja” (l.17), em orações sintaticamente independentes,
deve-se ao valor semântico do subjuntivo para expressar a
ideia de desejo ou vontade, que, no caso, aplica-se à função
do “Estado” (l.16).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO X
Edital n.º 1–TJX, de 14 de janeiro de 2001
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO
DE CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO

1 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO X torna pública a autorização do Presidente do TJX para a realização de Concurso Público para Provimento de 200 cargos de Analista Judiciário criados pela Lei n.º 10.000, de 10 de dezembro de 2000, e de outros decorrentes de aposentadorias e vacâncias.

2 O Edital de Abertura de inscrição deverá ser publicado em Abril de 2001 e disporá sobre as normas de realização do concurso.

Joaquim José da Silva Xavier
Presidente do concurso

A partir do texto hipotético acima, julgue os seguintes itens.

- 23** O uso das letras iniciais maiúsculas no corpo do documento respeita as normas de elaboração de documentos oficiais ao seguir as regras gramaticais do padrão culto da língua portuguesa, escrevendo com iniciais maiúsculas os nomes tratados como únicos e singulares.
- 24** Apesar de nomear o emissor do texto pelo nome próprio, o documento não fere o princípio da impessoalidade exigido nos documentos oficiais.
- 25** Trechos com informações vagas, como “e de outros decorrentes de aposentadorias e vacâncias”, e com uso de tempo verbal de futuro, como “deverá ser publicado” e “disporá sobre”, provocam falta de clareza e concisão, características estas que devem ser respeitadas nos documentos oficiais.

Com referência às competências do Tribunal de Contas da União (TCU) e em conformidade com as regras constitucionais relativas ao controle externo, julgue os itens que se seguem.

- 26** Se a União contratar um banco internacional para que este tome um empréstimo, em nome da União, perante a Comunidade Europeia, tal banco estará submetido ao dever de prestar contas à União pelo empréstimo tomado, caso venha a concretizar a operação.
- 27** No exame das contas prestadas anualmente pelo presidente da República, o TCU, ao verificar irregularidades graves, poderá impor sanções ao chefe do Poder Executivo, sem prejuízo da apreciação dessas mesmas contas pelo Congresso Nacional.
- 28** O cidadão que, em meio a uma manifestação pública, for identificado como o responsável pela destruição de um veículo de uma universidade pública constituída na forma de fundação, estará sujeito a julgamento pelo TCU, em razão do ato que praticou.
- 29** Se o governo brasileiro decidir que a PETROBRAS formará com a Bolívia uma empresa binacional de exploração de petróleo, caberá ao TCU fiscalizar as contas nacionais dessa nova empresa.

Supondo que o TCU tenha detectado que certa aposentadoria concedida por um hospital federal não atendia às exigências legais, julgue os itens a seguir.

- 30** Na situação descrita, o tribunal deve, inicialmente, definir um prazo para que o hospital suste o ato de aposentadoria.
- 31** Caso o hospital insista em não atender ao que for determinado pelo TCU, este deverá solicitar, de imediato, ao Congresso Nacional que decida sobre a matéria.
- 32** Caso o TCU leve a matéria à decisão do Congresso Nacional, e este não se manifeste em 90 dias, caberá a esse tribunal decidir a respeito.

A respeito da Lei Orgânica do TCU, julgue os itens subsequentes.

- 33** Se a União, em razão da presente crise financeira, decidir adquirir temporariamente o controle acionário de um banco que se encontre em dificuldades de liquidez, com vistas a sanear-lo e vendê-lo em dois meses, durante este período, os dirigentes deste banco estarão sujeitos à jurisdição do TCU.
- 34** Se determinado órgão público receber ingresso financeiro na forma de depósitos, portanto, sem previsão na lei orçamentária, tais recursos não precisarão ser incluídos nas tomadas ou prestações de contas.

Julgue os próximos itens com base nas normas da Lei Orgânica do TCU relativas às decisões em processos de tomada ou prestação de contas.

- 35** Se o relator de um processo decidir determinar a audiência de um dos responsáveis listados no mesmo processo, tal determinação se classificará como preliminar.
- 36** Se o TCU, ao examinar um processo de tomada de contas, julgar as contas como regulares, tal decisão será classificada como terminativa.

De acordo com o Regimento Interno do TCU, julgue os itens seguintes.

- 37** Se um ministro fizer parte de determinada câmara por dois anos, nos dois anos seguintes ele será automaticamente designado para outra câmara.
- 38** Se um órgão fizer um concurso público para admissão de 500 novos servidores, o processo de exame dos respectivos atos de admissão deverá ser deliberado pelo Plenário do TCU.
- 39** Para se disciplinar atribuições especiais de uma nova secretaria que seja criada no TCU, deverá ser editada uma resolução.
- 40** Um ministro relator tem prerrogativa de submeter ao Plenário uma relação de processos de tomadas de contas que tenham proposta de acolhimento de pareceres convergentes pela regularidade com ressalva, exarados pelo titular da unidade técnica e pelo representante do Ministério Público.

This text refers to items from 41 through 51.

1 While there is no shortage of studies into the reasons why software projects fail (Ewusi-Mensah, 1997), the major risks
of software development (Jones, 1994), or even the factors affecting project success (Cooke-Davies, 2002), the field of software
engineering lacks a general model with which to investigate such failures. To date, studies have tended to be surveys of the factors
4 thought to play some part in a failure.

Several researchers have argued that a simple model of accidents is insufficient for dealing with modern technology.
A causal-chain model of accidents is useful to investigate the failure of a specific component through wear and tear, or the
7 attribution of the cause can be established through application of a “but for” test. Given the cause, similar accidents can be
prevented by checking the same component for wear and tear or other flaws such as structural cracks. However, it is a less useful
model when investigating accidents which causes are ultimately not due to physical weaknesses but are due to interactions between
10 components or the failure of the system itself.

Driven by the need to find ways to prevent future accidents, the alternative models reject the simple causal chain model
on several grounds. The first is that looking back along the causal chain requires a “stopping rule” to determine when to cease
13 investigating deeper into the system which, it is argued, can be somewhat arbitrary in the choice of cause (Leveson, 2004). The
second reason is that such investigative techniques tend to focus attention on the proximate event most closely associated with
the accident and direct attention away from the latent, contributory causes.

16 Where, in the past, it may have been sufficient to seek direct causes of an accident, modern socio-technical systems can
produce accidents that are the result of the interaction of different parts of the system rather than a failure of any one part of the
system. Turner & Pidgeon (1997) reviewed official investigations into non-natural disasters to arrive at a view that many disasters
19 were man-made and entirely foreseeable. In a major contrast to causal models of accidents, the authors argued that the conditions
for the disasters he investigated largely originated from decisions made by upper management.

The view that there was ample evidence of impending disaster available if only someone paid it any attention appears
22 to be shared by investigators other than Turner. However such hindsight bias has been criticised by several researchers, most
notably Dekker (2005). Hindsight bias ignores the reality that most operational decisions are made under ambiguous circumstances
based on sparse and ambiguous evidence. Instead, Dekker argues, investigators must try hard to understand the circumstances of
25 the time and put aside knowledge of the outcome.

To reason more fully about the interaction of different parts of a socio-technical system, several researchers have
proposed a system theoretic model in which the system is expressed as a hierarchy of control levels. Each level of the hierarchy
28 is considered to act on the level below it through the imposition of constraints and directions to achieve emergent properties and
to receive feedback. A more useful model for considering total risk was a “top-down, systems oriented approach based on system
control theoretic concepts”. This approach gave a control structure embedded in an adaptive socio-technical system. Such a model
31 shows how different parties contribute to safety regardless of their organizational affiliations.

Jon McBride. A model for investigating software accident. *In: Journal of Research and Practice in Information Technology*, vol. 40, n.º 1, Feb. 2008 (adapted)

Judge the following items according to the text.

- 41 A causal-chain model of accidents is effective in investigating accidents which causes are solely due to failures of the system.
- 42 A top-down systems oriented approach shows how different parties may contribute to safety, considering their organizational affiliations.
- 43 As Dekker has posed, investigators should focus on the circumstances of the time and disregard knowledge of the outcome.
- 44 The current models employed to investigate software accidents do not appear to be suited to the task.
- 45 Accidents in software development projects and products are nothing new and neither are they likely to cease.

In the text,

- 46 “shortage” (l.1) can be correctly replaced by **abundance**.
- 47 “which”, in “lacks a general model with which to investigate such failures” (l.3), refers to “investigate”.
- 48 “wear and tear” (l.6) is the same as **loss or damage resulting from ordinary use and exposure**.
- 49 “cracks” (l.8) means **breakage**.
- 50 “due to physical weaknesses” (l.9) is synonymous with **because of**.
- 51 “outcome” (l.25) is closest in meaning to **upshot**.

Advances in portable computing and Internet service technologies (Byun and Hong, 2000) have resulted in extensive use of portable information devices such as PDAs (Personal Digital Assistants), HPCs (Hand-held PCs), and PPCs (Pocket PCs) in e-commerce environments. Each information device may run several applications, such as a small database, a personal information management system (Greer and Murtaza, 2003), and e-commerce software (Gyeung and Lee, 2003). Flash memory is one of the best candidates to support small information devices for data management in portable computing environments (Byun, 2006).

Recently, flash memory has become a critical component in building embedded systems or portable devices because it is non-volatile, shock-resistant, and uses little power. Its performance has improved to a level at which it can be used not only as the main storage for portable computers but also as mass storage for general computing systems (Chang and Kuo, 2005). Although flash memory is not as fast as RAM, it is hundreds of times faster than a hard disk in read operations. These attractive features make flash memory one of the best choices for portable information systems (Yim, 2005).

However, flash memory has two critical drawbacks. First, a segment, blocks of flash memory, need to be erased before they can be rewritten. This is because flash memory technology only allows individual bits to be toggled in one way for writes. The erase operation writes ones or zeros into all the bits in a segment. This erase operation takes much longer than a read or write operation. The second drawback is that the life of each memory block is limited to 1,000,000 writes. A flash management system should wear down all memory blocks as evenly as possible (Kim and Lee, 1999).

Due to these disadvantages, traditional database technologies are not easy to apply directly to flash memory databases on portable devices. A database management system which is based on flash memory media must exploit the advantages of flash memory features while overcoming its constraints.

Flash memory shadow paging scheme for portable computers: design and performance evaluation. In: Journal of Research and Practice in Information Technology, vol. 39, n.º 3, Aug. 2007 (adapted).

According to the text above, it is correct to affirm that

- 52 flash memory has become a major database storage in building portable information devices because of its non-volatile, shock-resistant, power-economic nature, and fast access time for read operations.
- 53 despite being hundreds of times faster than a hard disk in read operations, flash memory is now one of the best choices for portable information systems.
- 54 due to advances in portable computing and Internet service technologies, applying traditional database technologies to flash memory databases on portable devices poses no difficulties.
- 55 as a result of the life of its memory blocks, flash memory is the most popular storage media for information management in portable computing systems.

Ao contrário dos particulares, que dispõem de ampla liberdade quando pretendem adquirir, alienar, locar bens, contratar a execução de obras ou serviços, o poder público, para fazê-lo, necessita adotar um procedimento preliminar rigorosamente determinado e preestabelecido na conformidade da lei. Tal procedimento denomina-se licitação.

Celso Antônio Bandeira de Mello. Curso de direito administrativo. 25 ed. 2008, p. 514, (com adaptações).

Com referência ao tema do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 56 É inexigível a realização de licitação para contratar serviços profissionais de assistência jurídica de natureza corriqueira.
- 57 O atual entendimento do TCU é de que, para a contratação de serviço técnico especializado para restauração de obras de arte e bens de valor histórico, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, a licitação é inexigível, não sendo necessária a demonstração da inviabilidade de competição.
- 58 Quando um órgão público realiza licitação na modalidade convite, e não obtém o número legal mínimo de três propostas aptas à seleção, se não houver limitação de mercado, ele é obrigado a repetir o ato, se houver interessados em participar do certame licitatório.
- 59 Segundo o entendimento do TCU, para que um governo de estado dispense a realização de licitação para adquirir determinado material, alegando tratar-se de caso de emergência ou de calamidade pública, deverá caracterizar que a situação adversa não se originou, ainda que parcialmente, da falta de planejamento, devendo o risco mostrar-se iminente. Além disso, exige-se que não tenha havido dolo ou culpa do agente público que tinha o dever de agir para prevenir tal situação.

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item seguinte.

- 60 Quando um governador de estado edita uma norma, a motivação de seu ato poderá ser apresentada sob a forma de considerandos, que será caracterizada como a narrativa do motivo.

A respeito dos contratos administrativos, julgue os próximos itens.

- 61 Pelo princípio da igualdade, os contratos administrativos devem prever cláusula que impute, também ao poder público, multa ou indenização, em caso de rescisão.
- 62 Todos os contratos para os quais a lei exige licitação são firmados *intuitu personae*.
- 63 As autarquias federais podem celebrar contratos administrativos com a previsão de efeitos financeiros retroativos.

Embora não empregada na atual Constituição, entidade paraestatal é expressão que se encontra não só na doutrina e na jurisprudência, como também em leis ordinárias e complementares. Os teóricos da reforma do Estado incluem essas entidades no que denominam de terceiro setor, assim entendido aquele que é composto por entidades da sociedade civil de fins públicos e não lucrativos; esse terceiro setor coexiste com o primeiro setor, que é o Estado, e o segundo setor, que é o mercado.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro. **Direito administrativo**. 21.^a ed. 2008, p. 464-5 (com adaptações).

Com referência ao tema do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 64** As organizações sociais que receberem recursos orçamentários estarão dispensadas de realizar licitação para empregá-los, quando celebrarem contrato de prestação de serviço com a administração pública e adquirirem bens e contratarem serviços comuns.
- 65** O Estado, quando celebra termo de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), abre mão de serviço público, transferindo-o à iniciativa privada.

Considerando que determinado servidor público federal cometa ilícito no exercício da função, julgue os itens a seguir.

- 66** Se esse ilícito causar dano a terceiros, a União responderá objetivamente, mas só poderá agir regressivamente contra o servidor se ficar comprovado que ele agiu dolosamente.
- 67** Se a infração praticada pelo servidor for considerada tanto ilícito penal quanto ilícito administrativo, o órgão de lotação do servidor deverá aguardar o trânsito em julgado do processo criminal para poder instaurar o correspondente processo administrativo disciplinar.

Considerando que o controle externo é função do Poder Legislativo, competindo ao Congresso Nacional no âmbito federal, às assembleias legislativas nos estados, à Câmara Legislativa no Distrito Federal e às câmaras municipais auxiliados pelos respectivos tribunais de contas, julgue os itens seguintes.

- 68** É inconstitucional lei estadual que estabeleça como atribuição do respectivo tribunal de contas o exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- 69** Compete aos tribunais de contas dos estados o controle de economicidade para verificar se cada órgão procedeu, na aplicação da despesa pública, de modo mais econômico.
- 70** Ao TCU, quando julga a legalidade de concessão inicial de aposentadoria, é imprescindível que garanta o exercício do contraditório e da ampla defesa.

No que concerne às finanças públicas, julgue o item abaixo.

- 71** O presidente da República pode, mediante decreto, ainda que sem autorização legislativa, utilizar recursos do orçamento fiscal para suprir necessidade de empresa pública federal.

Acerca da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 72** Quando o TCU emite uma certidão, ele evidencia o cumprimento do princípio constitucional da publicidade.
- 73** Atualmente, em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal, a União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios devem instituir, no âmbito de suas competências, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Com relação à organização do Estado brasileiro, julgue os próximos itens.

- 74** Se a União intervier em um estado da Federação, ela afastará momentaneamente a atuação autônoma desse estado. Portanto, se o motivo da intervenção for o provimento de execução de decisão judicial, sua decretação dependerá da requisição do tribunal de justiça daquele estado.
- 75** Se a União delegar aos estados e ao DF competência para legislar sobre questões específicas de licitação e contratação de suas entidades autárquicas e fundacionais, a delegação será inconstitucional, pois essa competência é indelegável da União.

Segundo Fayol, a administração representa parte muito importante no controle de, de todos os empreendimentos, grandes ou pequenos, industriais, comerciais, políticos, religiosos ou outros. Fayol criou um sistema no qual a administração era a pedra fundamental da organização. O sistema colocava o foco na aceitação e adesão a seis diferentes funções administrativas, sabendo que essas funções administrativas envolvem os elementos do administrador, ou seja, as funções do administrador.

Daniel Goleman. **Biblioteca da gestão: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir.

- 76** De acordo com a teoria proposta por Fayol, são funções administrativas as atividades técnicas, comerciais, sociais, financeiras, contábeis e administrativas.
- 77** Segundo Fayol, são exemplos de elementos da administração ou funções do administrador: prever, organizar, coordenar, controlar e comandar.
- 78** A organização que adota a especialização das tarefas e das pessoas para aumentar a sua eficiência vai ao encontro de um dos princípios gerais da administração propostos por Fayol.
- 79** A abordagem em que está contida a teoria proposta por Fayol é a ideal para a administração de uma organização em um cenário de mudanças e instabilidade.

Acerca da divisão do trabalho e da departamentalização, julgue os itens seguintes.

- 80** Segundo a teoria de Herzberg, pode-se obter o enriquecimento de tarefas na divisão do trabalho mediante o aumento do valor da hora trabalhada.
- 81** Um dos tipos de departamentalização que busca obedecer ao princípio da especialização ocupacional é a departamentalização funcional.
- 82** Visando garantir o melhor cumprimento de prazos e orçamentos, deve-se evitar adotar a departamentalização funcional.
- 83** Para se fomentar condições favoráveis à inovação e criatividade, deve-se adotar a departamentalização funcional, em virtude da adaptação às demandas dos clientes externos.
- 84** Visando facilitar a comunicação e coesão do grupo, pode-se adotar a departamentalização matricial.

Julgue os próximos itens, a respeito do comportamento humano nas organizações, das teorias de motivação e do comprometimento e da satisfação com o trabalho.

- 85** Na experiência de Hawthorne, pôde-se perceber que as organizações informais entre grupos possuem força potencialmente mais poderosa do que lhe era atribuída no passado.
- 86** O administrador público, buscando atuar alinhado com um estilo de liderança pautado em pressupostos de motivação propostos por Maslow, deve assegurar, como primeiro aspecto que motivará o seu subordinado, a garantia de atendimento das necessidades que geram o comprometimento e a satisfação do grupo no trabalho.
- 87** Considerando a teoria dos dois fatores de Herzberg, existem duas formas de motivar os empregados: uma pautada em uma ação mais dura, voltada apenas para aspectos financeiros (fator X), e outra mais participativa, voltada para aspectos de socialização (fator Y).
- 88** Segundo a teoria proposta por McClelland, os principais vetores da necessidade, para que um ser humano possa obter a sua satisfação, são realização, afiliação e poder.

A histórica adversidade obrigou as empresas japonesas a irem em busca de uma política de inovação contínua. O conhecimento organizacional é a capacidade que uma empresa tem de criar novo conhecimento, disseminá-lo por toda a organização e incorporá-lo a produtos, serviços e sistemas inovadores. Considerando essas informações e a gestão do conhecimento, julgue os itens que se seguem.

- 89** São características da criação do conhecimento: a ambiguidade e redundância, a metáfora e analogia e a transição do conhecimento pessoal para o conhecimento organizacional.
- 90** Os quatro processos importantes para conversão do conhecimento são: socialização, externalização, combinação e internalização.
- 91** Um exemplo de processo de externalização é reaprender a experiência de outros integrantes.
- 92** Exemplifica o processo de socialização a classificação e sintetização de diferentes tipos de conhecimento.

Acerca da gestão de pessoas por competências, julgue os itens subsequentes.

- 93** A gestão de pessoas por competências busca identificar os pontos de excelência e os pontos de carência, tendo por base critérios objetivamente mensuráveis.
- 94** A gestão de pessoas por competências procura substituir o tradicional levantamento de necessidades de treinamento por uma visão das necessidades futuras do negócio e de pessoas que podem agregar valor à organização.
- 95** O primeiro passo para implementação da gestão de pessoas por competências em uma organização é a instituição de um programa de remuneração por competências.

Para a análise de processos relativos a arrecadação e aplicação de recursos de certo órgão público, foram destacados os analistas Alberto, Bruno e Carlos. Sabe-se que Alberto recebeu a processos para análise, Bruno recebeu b processos e Carlos recebeu c processos, sendo que $a \times b \times c = 30$. Nessa situação, considere as proposições seguintes.

- P: A quantidade de processos que cada analista recebeu é menor ou igual a 5;
- Q: $a + b + c = 10$;
- R: Um analista recebeu mais que 8 processos e os outros 2 receberam, juntos, um total de 4 processos;
- S: Algum analista recebeu apenas 2 processos.

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 96** $P \rightarrow Q$ é sempre verdadeira.
- 97** Se R é verdadeira, então S é falsa.
- 98** A proposição $\neg Q$ é equivalente à proposição seguinte: Pelo menos um analista recebeu apenas um processo.

As cidades Alfa e Beta estão com suas contas de obras sob análise. Sabe-se que algumas dessas obras são de responsabilidade mútua das duas cidades e que a quantidade total de obras cujas contas estão sob análise é 28. Por outro lado, somando-se a quantidade total de obras sob a responsabilidade da cidade Alfa com a quantidade total de obras sob a responsabilidade da cidade Beta — incluindo-se nessas quantidades as obras que estão sob responsabilidade mútua —, obtém-se um total de 37 obras.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 99** É verdadeira a seguinte afirmação: A quantidade de obras de responsabilidade mútua cujas contas estão sob análise é superior a 10.
- 100** É falsa a seguinte proposição: Se a cidade Alfa tem 17 obras sob sua responsabilidade cujas contas estão sob análise, então a quantidade de obras de responsabilidade exclusiva da cidade Beta cujas contas estão sob análise é inferior a 12.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA P₃

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₃**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no espaço correspondente do **caderno de textos definitivos**.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Segundo Chiavenato, o processo decisório é a sequência de etapas que formam uma decisão. Constitui o campo de estudo da Teoria da Decisão considerada uma Teoria Matemática. Além de ser o ponto focal da abordagem quantitativa, isto é, da Teoria da Matemática, a tomada de decisão é estudada sob duas perspectivas: a do processo e a do problema.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do processo decisório de acordo com a teoria da decisão. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ diferença entre tomada de decisão na perspectiva do processo e na perspectiva do problema;
- ▶ diferença entre decisões programadas e decisões não programadas.

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

Considerando que o Ministério da Educação pretende realizar contrato de prestação de serviços de informática, com dispensa de licitação, com fundação de apoio vinculada a determinada universidade estadual, redija um texto dissertativo sobre a possibilidade ou não da realização desse contrato com dispensa de licitação que, de modo fundamentado e à luz do entendimento do Tribunal de Contas da União, responda, necessariamente, aos seguintes questionamentos:

- ▶ Qual é a distinção entre os institutos da dispensa e inexigibilidade de licitação?
- ▶ É possível a contratação com dispensa de licitação?
- ▶ É possível a contratação de instituição de outra esfera da administração?

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	